# DIREITO PÚBLICO LICITATÓRIO
## INFORMAÇÕES GERAIS

### APRESENTAÇÃO

O Direito Público é o conjunto de normas que disciplina os interesses do Estado e particulares, e compete estabelecer a subordinação entre eles. Cabe também ao Direito Público regular as ações dos cidadãos na esfera pública, defendendo prioritariamente o interesse público.

Alguns princípios do Direito Público permitem interpretar as normas de forma mais segura e objetiva, de forma a garantir a isonomia na aplicação do Direito. São eles: autoridade pública, submissão do Estado à ordem jurídica, função, igualdade dos particulares perante o Estado, responsabilidade objetiva, publicidade e igualdade de pessoas.

Vale ressaltar que estes princípios vão ao encontro dos princípios licitatórios, conforme o artigo 37 da Constituição Federal, as licitações devem legar em conta os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do princípio da vinculação ou instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

A licitação é um procedimento administrativo, repletos de termos jurídicos, realizados por todos os órgãos públicos do Brasil para aquisição de produtos e serviços utilizados nas repartições públicas, oferecidos com o melhor preço e condições para a Administração Pública. Apesar das licitações confundirem muitas empresas e profissionais, que acabam desistindo de oferecerem seus produtos e serviços nas licitações, é importante lembrar que a licitação é um processo democrático que abre oportunidades para fornecedores dos mais diversos segmentos.

### OBJETIVO

Adquirir conhecimentos e autonomia sobre o Direito Público Licitatório para desenvolver capacidades para atuar em repartições públicas do país para fechar um contrato para aquisição de bens ou serviços, auxiliando empresas e profissionais, para oferecerem seus produtos e serviços nas licitações abrindo oportunidades para fornecedores dos mais diversos segmentos do país.

### METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

| Código | Disciplina | Carga Horária |
|---|---|---|

| 4964 | Direito Empresarial | 60 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Registros Mercantis. O empresário. Disposições gerais sobre sociedades. Institutos empresariais. Sociedades. Modalidades de Sociedades quanto à sua relação com outras pessoas jurídicas. Modalidades de sociedades quanto à sua forma. Propriedade Industrial.

**OBJETIVO GERAL**

Este componente curricular visa preparar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar o direito empresarial nas diversas situações do mundo dos negócios, abordando as naturezas jurídicas das sociedades, seu nascimento e morte, passando pelos vários processos jurídicos como a recuperação judicial, desconsideração da personalidade jurídica, entre muitos outros.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Explicar o empresário individual e a sociedade empresária.
- Entender os procedimentos simplificados para micro e pequenas empresas.
- Identificar e compreender o capital social seus direitos e deveres.
- Compreender as consequências da dissolução, recuperação judicial e falência.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – SOCIEDADES E EMPRESAS**
PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES
REGISTROS MERCANTIS
SIGILO
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**UNIDADE II – CAPITAL SOCIAL E O DIREITO EMPRESARIAL**
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE JURÍDICA EMPRESARIAL
CAPITAL SOCIAL E A SUA INTEGRALIZAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

**UNIDADE III – DISSOLUÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA**
DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
FALÊNCIA

**UNIDADE IV – TIPOS DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS**
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS
SOCIEDADES PERSONIFICADAS
SOCIEDADES PERSONIFICADAS POR AÇÕES
SOCIEDADES COOPERATIVAS

**REFERÊNCIA BÁSICA**

CHAGAS, E. E. **Direito empresarial esquematizado**. 4. ed. São Pauto: Saraiva, 2017.

MAMEDE, G. **Manual de direito empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 18. ed. Rio de Janeiro Atlas 2018.

RAMOS, A. L. S. C. **Direito empresarial**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2019.

**PERIÓDICOS**

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2018.

| 4973 | Direito Tributário | 60 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Normas gerais do direito tributário, código tributário nacional, competência tributária. Receitas públicas e tributos, ilícito tributário. Contencioso administrativo tributário.

**OBJETIVO GERAL**

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito tributário nas organizações.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Compreender e aplicar os fundamentos do direito tributário, aspectos legais de ordem econômica e financeira.
- Definir tributos e a administração tributária.
- Conhecer e interpretar os princípios de ilícito e punibilidade na esfera tributária.
- Explicar o contencioso tributário, administrativo e judicial tributário e interpretar princípios jurídicos do direito processual tributário.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO**
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR
LIMITAÇÕES, PODERES E ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

**UNIDADE II – TRIBUTOS E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**
TRIBUTOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS E TAXAS
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
OBRIGAÇÃO, CRÉDITO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**UNIDADE III – ILÍCITO E PUNIBILIDADE NA ESFERA TRIBUTÁRIA**
PUNIBILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO
INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS
ILÍCITO PENAL FISCAL: CONCEITO E ESPÉCIES
SANÇÕES

**UNIDADE IV – AÇÕES JUDICIAIS NA ESFERA TRIBUTÁRIA**
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

**REFERÊNCIA BÁSICA**


ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquematizado**, 4ª Ed. Editora: Método, Ano: 2010.

ALEXANDRE, R. **Direito tributário** - 11. ed. Rev. atual. e amp1. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2017.

AMADO, A. N. S., **Ilícito Tributário: Conceito e espécies**. Jus Navigandi. Publicado em 09/2014. Acesso em: https://jus.com.br/artigos/32356.

AMARO, L. **Direito Tributário**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ATALIBA, G. **Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário**, São Paulo: RT, 1969.

?BRASIL.**?Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consulta. Orçamento. Glossário. Exercício Financeiro**. Disponível em < https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exercicio-financeiro>

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normais Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 04 de Maio de 1694. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>

CARNELUTTI, F. **Sistema de Direito Processual Civil**, tradução de Hiltomar Martins Oliveira, São Paulo: Classicbook, 2000, v. 1.

CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. Ver. São Paulo: Saraiva. 2011.

CASSONE, V. **Direito tributário**. - 28. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, 3. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, v. 1;

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. – 27. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. B. **Processo tributário** /. – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018;

MARTINS, I. G. da S.**?Limites constitucionais às contribuições no domínio econômico**. Artigo publicado no site?www.haradaadvogados.com.br>

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20ª edição atualizada. Malheiros: São Paulo, 1990;

NOVAIS, R. **Direito tributário facilitado**. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

PONTES DE MIRANDA, **Comentários ao Código de Processo Civil**, 5. ed., atualizada por Sérgio Bermudes, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 78; Comentários à Constituição de 1967, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967;

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma. **Recurso Extraordinário 137689 PE**. Relator: Min. Néri da Silveira. Data de Julgamento 20/09/1994. Vol. 01791-04 PP-00825. Diário Oficial da Justiça 16/06/1995.

Supremo Tribunal Federal **–** Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário Nº. 138284-8 CE**. Rel. Min. Carlos Velloso. Data de Julgamento 01/07/1992.

**PERIÓDICOS**

TRF5 – Quarta Turma. **APELAÇÃO CÍVEL: AC 468268 CE 0012473-79.2006.4.05.8100**. Relator Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho. Data de Publicação: DJe 29/01/2010, p. 630. Disponível em: <https://www4.trf5.jus.br/Jurisprudencia/JurisServlet?op=exibir&tipo=1>

VILANOVA, L. **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª ed. Ver, atual. E ampl. São Paulo. Revista dos tribunais. Publicação 2000.

| | | |
|---|---|---|
| **4839** | **Introdução à Ead** | **60** |

**APRESENTAÇÃO**

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

**OBJETIVO GERAL**

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL**
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

**UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM**
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

**UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM**
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

**UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD**
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

**REFERÊNCIA BÁSICA**

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

**PERIÓDICOS**

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

| | | |
|---|---|---|
| **4993** | **Administração Pública** | **60** |

**APRESENTAÇÃO**

Origem e princípios da administração pública. A reforma do estado e a modernização do setor público. O trabalho na administração pública. Peculiaridades da administração pública brasileira. Os três poderes. Governança e governabilidade. As formas de administração pública. Planejamento da administração pública. Organizações sociais, agências executivas e reguladoras. Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Administração pública e a economia. Funcionalismo público e as terceirizações. Processos e tecnologias na administração pública. Modernização da máquina pública versus burocracia. Os limites da política sobre a máquina pública. Ética na administração pública.

**OBJETIVO GERAL**

Este conteúdo visa fundamentar conceitos e demonstrar práticas relacionadas à administração pública, abordando desde a história e evolução da máquina pública, até os aspectos legislativos e jurisdicionais dos organismos públicos e sua relação com outros tipos de organização social.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Distinguir a administração pública brasileira das demais formas de administração.
- Classificar e compreender os papeis dos Três Poderes.
- Compreender as relações entre as organizações sociais, agências executivas e agências reguladoras.
- Identificar os ganhos da Modernização da máquina pública versus burocracia.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
ORIGEM E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
A REFORMA DO ESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO
O TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PECULIARIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

**UNIDADE II – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS**
OS TRÊS PODERES
GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE
AS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**UNIDADE III – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA, LICITAÇÕES E FUNCIONALISMO**
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, AGÊNCIAS EXECUTIVAS E REGULADORAS
NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ECONOMIA
FUNCIONALISMO PÚBLICO E AS TERCEIRIZAÇÕES

**UNIDADE IV – PROCESSOS, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
PROCESSOS E TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA VERSUS BUROCRACIA
OS LIMITES DA POLÍTICA SOBRE A MÁQUINA PÚBLICA
ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ARAÚJO, V. de C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: ENAP, 2002.

BRANCHIER, A.; TESOLIN, J. **Direito e Legislação Aplicada**. Curitiba: IBPEX, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 2010.

FERREIRA, V. C. P.; CARDOSO, A. S. R. C.; CORRÊA, C. J.; FRANÇA, C. F., **Modelos de Gestão**. Rio de Janeiro, FGV Management, 2006.

KANAANE, R. FILHO A. F. e FERREIRA, M. G. **Gestão Pública: Planejamento, Processos e sistemas de Informações e Pessoas**. Atlas, São Paulo, 2010.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

OLIVEIRA, D. **Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, **Djalma de Pinho Rebouças**. Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**PERIÓDICOS**

SOUTO, M.J. **Desestatização: privatização, concessões e terceirizações**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

TEIXEIRA, J. M. B; RIBEIRO, M.T.F. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos** . Curitiba, Intersaberes, 2017.

| 5001 | Elaboração e Gestão de Contratos | 60 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Contexto da existência dos contratos. Definição de contrato. Evolução histórica do conceito de contrato e seus reflexos nos dias atuais. Contrato no Direito Romano. Contrato no Direito Medieval. Contrato no Direito Moderno. Estrutura de um contrato e seus princípios enformadores. Objetivos do contrato e sua relação com princípios fundamentais. Elementos indispensáveis ao contrato e partes essenciais. Requisitos de validade de um contrato. Identificação de alguns tipos de contratos na prática. Análise da classificação dos contratos no Código Civil. Contratos empresariais. Contratos de trabalho. Outros tipos de contratos. Importância da gestão de contratos. Benefícios da gestão contratual e boas práticas contratuais. Processos de renovação, rescisão e outras medidas extrajudiciais. Plataformas de contratos eletrônicos.

**OBJETIVO GERAL**

Garantir agilidade nos trâmites organizacionais na criação, execução, gerenciamento e análise de contratos com maior qualidade e em conformidade em todo o ciclo de vida do documento reduzindo custos operacionais. Gerenciar o armazenamento e históricos contratuais. Controlar os prazos de vencimento para renovação de contratos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Averiguar de que maneira se consolidou o conceito de contrato atualmente com base nas transformações pelas quais enfrentou no decorrer do tempo.
- Identificar os elementos indispensáveis ao contrato bem como as partes essenciais.
- Explorar alguns tipos de contratos empresariais e contratos de trabalho.
- Observar como se forma outros tipos de contratos igualmente importantes.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I**
EVOLUÇÃO DO CONTRATO
O CONTRATO NO DIREITO ROMANO
O CONTRATO NO DIREITO MEDIEVAL
O CONTRATO NO DIREITO MODERNO

**UNIDADE II**
OBJETIVOS DO CONTRATO
ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS AO CONTRATO
PARTES ESSENCIAIS DO CONTRATO
REQUISITOS DE VALIDADE

**UNIDADE III**
CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS NO DIREITO CIVIL
CONTRATOS EMPRESARIAIS
CONTRATOS DE TRABALHO
OUTROS TIPOS DE CONTRATO

**UNIDADE IV**
BENEFÍCIOS DA GESTÃO DE CONTRATOS
BOAS PRÁTICAS CONTRATUAIS E PRINCIPAIS PONTOS DE ATENÇÃO
PROCESSOS DE RENOVAÇÃO, RESCISÃO E OUTRAS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS
PLATAFORMAS DE CONTRATOS ELETRÔNICOS

**REFERÊNCIA BÁSICA**

AURELIO, Dicionário. **Definição de Vassalos**. Disponível em: < https://www.dicio.com.br/vassalos/>.

BOUZON, E. **O Código de Hammurabi**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 108-109.

CARAVANTES, G. R. **Teoria geral da administração: pensando e fazendo**. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 1998.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 415-427.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

CORDEIRO, A. M. **Da Boa-Fé no Direito Civil**. Coimbra: Almedina: 1997

DELGADO, M. G. **Contrato de trabalho caracterização, distinções, efeitos**. São Paulo: Ltr, 1999, p.16.

DH NET. **Lei das XII Tábuas**. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm>

DIMAS, I. D; LOURENÇO, P. R. **Conflitos e Gestão de Conflitos em Contexto Grupal**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

FARIAS, C. C. de., ROSENVALD, N., NETTO, F. B. **Manual de Direito Civil**. 5° Edição. Editora: Juspodivm, 2020.

FORGIONI, P. **Teoria Geral dos Contratos Empresariais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GARCEZ, M. **Das Nulidades dos Atos Jurídicos**. 5ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

GILISSEN, J. **Introdução histórica ao direito**. Trad. António Manuel Hespanha e Manuel Luís Macaísta Malheiros. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001. p. 736.

JONES, G. R. **Teoria das organizações**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LENZA, P.**?Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo, Método, 2007;

MARKY, T. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8. Ed. Saraiva: 1995.

MARTINS, F. **Contratos e obrigações comerciais**. 17. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MOORE, C. W. **O Processo de Mediação: Estratégias Práticas para a Resolução de Conflitos.** Trad. Magda França Lopes. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p.5.

**PERIÓDICOS**

MOREIRA ALVES, J. C. **Direito Romano**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PAGLIUSO, A. T.; CARDOSO, R.; SPIEGEL, T. **Gestão organizacional: o desafio da construção do modelo de gestão**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, M. C. P.; GALESKI JUNIOR, I. **Teoria geral dos contratos**: contratos empresariais e análise econômica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROPPO, E.**?O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

SIGNIFICADOS, Língua Portuguesa. Disponível em: https://www.significados.com.br/

STEINMTEZ, K. “**Oxford Dictionaries Adds Jannky, Egot and Ridesharing**”. In TIME. Disponível em: <http://time.com/3724601/Oxford-dictionary-janky-egot-ridesharing/>.

| 4995 | Licitações Públicas | 60 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Conceito de licitações públicas, seu objeto, sua finalidade, seus destinatários e a obrigatoriedade de licitar. A legislação relacionada com as licitações públicas e os princípios pertinentes. As modalidades e os tipos de licitação e o sistema de registro de preços da administração pública. As fases do procedimento licitatório, incluindo a audiência pública, o edital, a comissão de licitação, a carta-convite, a habilitação dos licitantes, o julgamento das propostas, e a adjudicação ao vencedor. As contratações diretas através da dispensa e inexigibilidade de licitação. A alienação de bens pela administração pública. A substituição, o parcelamento e fracionamento de despesas. A revogação e anulação do procedimento licitatório, o recurso, a representação e o pedido de reconsideração nos procedimentos licitatórios. O processo de licitações para

microempresas, empresas de pequeno porte e consórcios públicos. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas. As normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade. As sanções administrativas e a tutela judicial cabível aos licitantes.

**OBJETIVO GERAL**

Este conteúdo visa preparar o estudante ou profissional de Direito ou Gestão Pública para entender e aplicar os procedimentos administrativos necessários à condução de um certame licitatório, à luz da Lei 8.666 de 1983.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Entender o conceito, a finalidade, o objeto, os destinatários e a obrigatoriedade de licitar.
- Identificar as fases do procedimento licitatório e compreender a audiência pública.
- Compreender a revogação e a anulação do procedimento licitatório, entender o recurso, a representação e o pedido de reconsideração.
- Identificar as normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – FUNDAMENTOS LICITATÓRIOS**
CONCEITO, FINALIDADE, OBJETO, DESTINATÁRIOS E OBRIGATORIEDADE DE LICITAR
LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
TIPOS DE LICITAÇÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**UNIDADE II – FASES DE UM PROCESSO LICITATÓRIO**
FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E AUDIÊNCIA PÚBLICA
EDITAL, COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CARTA-CONVITE
HABILITAÇÃO DOS LICITANTES
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO VENCEDOR

**UNIDADE III – DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**
DISPENSA DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SUBSTITUIÇÃO, PARCELAMENTO E FRACIONAMENTO DE DESPESAS
REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, RECURSO, REPRESENTAÇÃO E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

**UNIDADE IV – CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO LICITATÓRIA**
LICITAÇÕES PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E CONSÓRCIOS PÚBLICOS
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES E ÀS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E TUTELA JUDICIAL

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. 20º Ed. São Paulo; Método, 2012.

BRAZ, P. **"Processo de Licitação – Contrato Administrativo e Sanções Penais"**, ed. Livraria do Direito, 2012.

CARVALHO FILHO, J. d S. **Manual de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Forense, 2017.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

JUSTEN FILHO. M. **Comentários à lei de licitações e Contratos Administrativos.** 15 ed. São Paulo: Dialética, 2012.

MOTTA, C. P. C. **Eficácia nas Licitações e Contratos**, Del Rey, 9. ed. atualizada, 2002.

**PERIÓDICOS**

SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. **Manual de Direito Administrativo.** 4º Ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016.

| 4988 | Direito Notarial e Registral | 60 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Conceitos e características do Direito Notarial e do Direito Registral. Princípios do Direito Notarial e do Direito Registral. Considerações sobre a atividade notarial e registral. Incompatibilidade, impedimentos e extinção dos serviços notarial e registral. O Tabelionato de Notas. Escrituras Públicas. Tipos de escritura pública. Ata notarial. Registro civil das pessoas naturais. Do Registro de nascimentos e do de Casamento. Do Registro de Óbito, da Emancipação e da Interdição. O Registro Civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Os livros de títulos e documentos. Protesto de títulos. Registro de imóveis e os seus livros.

**OBJETIVO GERAL**

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar a legislação e os procedimentos notariais e registrais na gestão e operação de tabelionatos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Compreender as características do Direito Notarial e do Direito Registral.
- Identificar a responsabilidade, direitos e deveres da atividade notarial e registral.
- Compreender a finalidade do registro civil das pessoas naturais e os tipos de atos.
- Aplicar os procedimentos de execução, sustação e cancelamento dos protestos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL**
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: PRINCÍPIOS
ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRAIS
INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

**UNIDADE II – ATIVIDADES DO TABELIONATO**
ATRIBUIÇÕES DO TABELIONATO DE NOTAS
ESCRITURAS PÚBLICAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS
TIPOS DE ESCRITURA PÚBLICA
ATA NOTARIAL

**UNIDADE III – TIPOS DE REGISTRO**
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REGISTROS DE NASCIMENTO E CASAMENTO
REGISTROS DE ÓBITO, EMANCIPAÇÃO E INTERDIÇÃO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

**UNIDADE IV – TÍTULOS E DOCUMENTOS**
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LIVROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTESTO DE TÍTULOS
REGISTRO DE IMÓVEIS

**REFERÊNCIA BÁSICA**

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

MELO, M. A. S. **Revista de Direito Imobiliário**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

PADOIN, F. F. **Direito Notarial e registral**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

TIBÃES, A. C. B. **Direito imobiliário: Sistema notarial e registral**. Montes Claros: E-tecBrasil, 2015.

**PERIÓDICOS**

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

| | | |
|---|---|---|
| **4847** | **Pensamento Científico** | **60** |

**APRESENTAÇÃO**

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

**OBJETIVO GERAL**

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

**UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO**
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

**UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA**
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

**UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT**
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

**REFERÊNCIA BÁSICA**

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

**PERIÓDICOS**

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

| | | |
|---|---|---|
| **4872** | **Trabalho de Conclusão de Curso** | **80** |

**APRESENTAÇÃO**

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

**OBJETIVO GERAL**

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

**PERIÓDICOS**

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os profissionais que se relacionam diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Ambiental, desenvolvendo a ciência jurídica e interação com a sociedade, desenvolverá habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área ambiental, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação. Além disso, estará apto para atuar em consultorias e assessorias ambientais e urbanísticas especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.